

Manole, Veronica. *O debate parlamentar em português (Portugal, Brasil) e romeno: análise pragmático-discursiva*. Cluj-Napoca: Casa Cărții de Știință. 2020. 443 pp. ISBN 9786061715114

Enio José Porfírio Soares
up201801805@edu.letras.up.pt
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)

Quando uma tese de doutoramento consegue alcançar uma versão editorial em livro é de se louvar o reconhecimento da pertinência temática e a ampliação do acesso ao conhecimento produzido com rigor científico. O discurso político é objeto de estudos já estabelecidos em diversas áreas do saber e vem tendo destaque em um mundo marcado pela polarização. As falas de um parlamentar em assembleia são transmitidas e replicadas pelos media com alcance cada vez maior, com a possibilidade de influenciar e serem influenciadas por / em todas as instâncias. Foi neste contexto que a tese de Veronica Manole, defendida em 2015 na *Université Paris 8 - Vincennes – Saint-Denis*, sob a supervisão de Maria Helena Araújo Carreira, foi publicada em 2020, pela editora romena Casa Cărții Știință, sediada em Cluj-Napoca, cidade na qual a autora vive e é Professora Leitora, na Babeș-Bolyai University.

Veronica Manole focaliza, pelas lentes das ciências da linguagem, o debate parlamentar no Brasil, Portugal e Roménia, para realizar uma análise comparativa sobre um corpus coerente, tanto pelo recorte cronológico (2011-2012) quanto temático (o legislativo a fiscalizar o poder executivo), debruçando-se sobre dois grandes tópicos: i) a arquitetura dos debates parlamentares e ii) a construção das relações interlocutivas e das imagens de si e dos outros em um quadro teórico que permite realizar comparações intralinguísticas (Brasil e Portugal) e interlinguísticas (português e romeno). Manole lança luz sobre um “jogo” que tem se mostrado cada vez mais

agressivo, mas de suma importância para o funcionamento democrático.

A princípio, a autora apresenta um preâmbulo jurídico-político que nos parece de facto pertinente, uma vez que, na perspectiva teórica pragmática-discursiva, o contexto é fundamental para a análise. Assim, estão ali sintetizadas as principais características de organização dos regimes de governo dos três países, diferenciando a federação presidencialista de coalizão do Brasil (bicameral, com muitos partidos), dos Estados unitários semi-presidencialistas de Portugal (monocameral, com poucos partidos) e da Roménia (bicameral, com poucos partidos).

As diferenças entre parlamentarismo, presidencialismo e semi-presidencialismo estão muito bem explicadas, e de forma sucinta, com base em um referencial de estudos de ciência política, antropologia e do direito. Uma vez que o recorte temático do corpus focaliza os debates parlamentares em que o poder legislativo exerce a função de fiscalizar o poder executivo, Manole faz-nos conhecer como estão estabelecidas legalmente as relações entre tais poderes, bem como a liberdade de expressão dos parlamentares e os contextos políticos (2011-2012) vividos nos países em questão.

Além disso, é apresentada a organização institucional das reuniões, seus tipos, as normas regimentais de tomada da palavra e a disposição espacial dos parlamentares, informações que permitem melhor compreender a organização interacional, a estrutura sequencial e a negociação do turno de fala em uma dinâmica de pergunta e resposta com as particularidades rituais, protocolares e de caráter agonial do enfrentamento político.

A primeira parte, que trata da “arquitetura do discurso parlamentar” (1), principia por apresentar o Estado da Arte, ou seja, estudos acerca do discurso parlamentar nas abordagens pragmática, retórica, da Análise do Discurso e da Análise Crítica do Discurso. Manole considera, principalmente, as produções realizadas a partir de 2000 quando, segundo a autora, “a investigação na área do discurso parlamentar conhece um desenvolvimento muito prolífico” (Manole 2020, p. 18). Talvez aqui resida um ponto crítico, pois, uma vez que a tese data de 2015 e esta versão editorial ocorre em 2020, não se fez uma atualização sobre estudos realizados neste hiato, período no qual a própria autora aparece com publicações que guardam relação com o objeto da tese, por exemplo: *“Insult and the construction*

of the other's identity: remarks on Portuguese political discourse" (Seara & Manole 2016), ou ainda a obra de Magdalena Bartłomiejczyk (2016), *"Face threats in interpreting: A pragmatic study of plenary debates in the European Parliament"*, objeto de uma recensão da própria Manole, em 2018, para a *Revue Internationale d'Études en Langues Modernes Appliquées*.

No entanto, tal facto não retira força da análise intra e interlinguística da tese, baseada em referencial muito bem delimitado nas abordagens escolhidas. A autora apresenta um Estado da Arte sobre o discurso parlamentar português / brasileiro / romeno, dividido em três seções específicas, para além do âmbito geral, nas quais ressalta especificidades temáticas e de abordagens encontradas.

É preciso destacar a seção "Algumas definições" (1.1.2), que clarifica o entendimento sobre o discurso parlamentar como subgénero do discurso político, o qual, por sua vez, é um tipo de discurso público. São apresentadas as definições sobre cada um deles, detendo-se a autora em seu objeto de análise, o debate parlamentar, seus atores e sua dinâmica comunicacional complexa. Tais definições estão ancoradas, principalmente, em trabalhos de Maingueneau e Charaudeau. Manole delinea o dispositivo da situação de comunicação do debate parlamentar e reinterpreta as relações entre as instâncias da comunicação política propostas por Charaudeau (2005). Este movimento mostra-se deveras pertinente por tomar o papel dos media e da comunicação social como fator que ganha uma força cada vez maior e instaura uma bidirecionalidade, que o modelo inicial do autor francês ainda não considerava.

A seguir, tomamos contacto com a constituição do corpus da pesquisa (1.2), com atenção especial para a problemática de se trabalhar com corpus "transcrito" do discurso oral, preocupação mais do que justa e que acompanha a autora em trabalhos prévios (Manole 2012, 2013). Por isso, trata de delimitar características das transcrições portuguesa, brasileira e romena. Para a autora: "É a tarefa do investigador saber até que ponto estas transcrições se adequam às suas análises e em que medida as conclusões tiradas podem ser generalizadas ou não" (Manole 2020, p. 60).

Podemos afirmar que aqui já emergem interessantes gestos analíticos, pois as retexualizações, descaracterizações e normalizações de traços da oralidade são devidamente apresentadas em recortes do corpus. Ainda

que não estejamos mesmo no foco da tese, tal seção mostra-se valiosa para aqueles que se debruçam sobre o tema das transcrições de debates parlamentares.

A partir de “A construção sequencial do debate parlamentar” (1.3), começamos a vislumbrar as formas e estruturas analisadas cuidadosamente nesta primeira parte da tese. Manole ilustra, com riqueza, as três sequências propostas por Kerbrat-Orecchioni (1990): i) sequência de abertura, ii) corpo de interação (e suas subsequências) e iii) sequência de fecho. Considera o nível macro e suas regras de funcionamento do quadro comunicativo (contexto, quadro participativo, particularidades da interação); e o nível micro, dos mecanismos linguísticos (fórmulas de abertura, fecho, regras dos turnos de fala, negociação do significado).

Tanto a sequência de abertura (1.3.1), quanto a de fecho (1.3.3) nos debates parlamentares são essencialmente ritualizadas e protocolares, delimitadas mesmo pelos regimentos das câmaras e assembleias. Quem tem a palavra é o presidente da sessão, com fórmulas estereotipadas, mas, ainda assim, há diferenças encontradas nos três contextos do estudo. Enquanto em Portugal o rito é protocolar e breve, no Brasil é bastante detalhista, com a leitura das regras do debate e especificação dos tempos de fala na abertura (ainda que isto esteja estabelecido em regimento). Já na Romênia, há espaço para comentários acerca de acontecimentos do dia a dia (terramoto do Japão, dia de anos e dia do nome, p. ex.).

O corpo da interação (1.3.2) aparece, portanto, como sequência mais “rica” para análise, e a autora estuda as cinco subsequências identificadas: i) exposição, ii) resposta detalhada, iii) perguntas dos requerentes (exclusiva do subcorpus brasileiro), iv) perguntas e respostas e v) conclusão. Do ponto de vista interacional, a sequência de perguntas e respostas mostra-se como uma zona de turbulência, sobre a qual Manole lança o olhar analítico para as múltiplas vozes (autorizadas, não-autorizadas, que ganham autorização, apartes), em um momento de pouca ritualização e réplicas diretas. Por conseguinte, esta acaba por ser a subsequência que maior material fornece à tese.

A autora, então, passa a tratar da negociação do turno de fala (1.4), tentando limitar a análise à negociação conversacional, com base nos pressupostos de Kerbrat-Orecchioni e a estrutura actancial que envolve

um Moderador e pelo menos dois Negociadores. Por mais que haja uma ritualização protocolar no debate parlamentar, com sequências e tempos de fala estabelecidos, a fuga às regras acontece nos três contextos. É rico, portanto, o desenvolvimento analítico de Manole sobre o papel do moderador (1.4.1) e as estratégias de negociação (1.4.2) nos três subcorpora com as idiossincrasias parlamentares dos países estudados. A estratégia de interromper o interlocutor destaca-se e a autora mobiliza uma tipologia das interrupções (1.4.3) baseada em Ilie (2005) - que estabelece quatro tipos - à qual Manole acrescenta um quinto tipo, ao considerar o papel da estratégia na construção das imagens de si pelos parlamentares.

Na seção “Responder às perguntas” (1.5), fica claro como esta construção das imagens de si influencia sobremaneira as estratégias adotadas pelos atores do debate. Sobressai o artifício de não responder às questões colocadas (1.5.1), o que gera uma constante acusação (principalmente no contexto português), por parte dos inquiridores, de que os inquiridos não respondem às perguntas formuladas. A autora enfatiza dois pontos: i) para a pragmática, isto violaria uma ou mais máximas conversacionais propostas por Grice; ii) questionar agressivamente tem influência na construção de uma imagem positiva da oposição frente ao seu público. O jogo torna-se teatral: “(...) os oradores usam as perguntas e respostas não para pedir e obter informações, mas sim para uma *mise en scène* da disputa política, com o objetivo de ganhar prestígio junto de públicos diferentes” (Manole, 2020, p. 151). Dessarte, a análise pragmática e linguística empreendida apresenta a tipologia das perguntas (1.5.2), mobilizando autores como Serbanescu, Beard, Bull e Chilton, com vistas a identificar, a partir de critérios sintáticos e semânticos, como são construídas as inquirições. É preciso, então, responder, ou melhor, evitar responder. São identificadas e descritas estratégias de evitamento (1.5.3) com as quais os inquiridos previnem danos à imagem de si. Aqui, mais uma vez, a autora vai além de seu referencial teórico e acrescenta a consideração, para os debates parlamentares, das perguntas em cascata (estratégia dos inquiridores) que possibilitam o evitamento dentro do rito do debate parlamentar - pois muitas vezes o interlocutor não pode retomar a questão.

Manole aponta e desenvolve o olhar para a análise ao nível micro (dos mecanismos linguísticos), no que toca à vagueza e imprecisão dos

inquiridos em suas respostas (1.5.4). Destacam-se: i) a vagueza lexical, que explora o significado das palavras em si, a partir de marcadores de atenuação, quantificadores, adjuntos, generalizações, aproximações vagas, entre outros mecanismos; e a vagueza textual ou pragmática, nas frases, atos de fala ou estratégias, pela linguagem indireta, falta de coesão, divergência ilocutória, elipses, substituições e deixis.

Esta primeira parte, dedicada ao estudo da arquitetura do discurso parlamentar, é encerrada com uma seção de considerações parciais em que a autora resume os principais pontos analisados e seus resultados.

Chegamos à segunda parte da tese, dedicada à análise da construção das relações interlocutivas e das imagens de si e dos outros nos debates parlamentares, a partir das formas de tratamento (2). De início, são colocadas, de forma precisa, as considerações teóricas (2.1), primeiro em caráter mais geral, apresentando as diferenças conceituais para as línguas portuguesa, romena e francesa - esta última talvez pelo facto de a tese ter sido defendida na França, já que o corpus não é constituído por esta língua - no que toca às formas de tratamento (no português), *adresare/referire* (no romeno) e *adresse* (no francês). No entanto, a autora detém-se no português (Portugal e Brasil) e no romeno (2.1.1). Com referência maior a obras consagradas de Maria Helena Araújo Carreira - que divide as formas de tratamento em elocutivas, alocutivas e delocutivas - e de Luís F. Lindley Cintra - quanto aos tratamentos pronominal, nominal e verbal -, ficam estabelecidos os critérios pragmático-discursivo e morfológico para suas análises.

Na sequência, conhecemos sua base teórica de forma pormenorizada e focalizada para o discurso político / debate parlamentar acerca de cada um dos tópicos que analisa: elocução (2.1.1.1), alocução (2.1.1.2) e delocução (2.1.1.3). Nota-se o cuidado na diferenciação das formas de tratamento para os três subcorpora, bem como na construção das tabelas que resumem tais diferenças e são valiosas para o leitor. São pontos a destacar: i) os múltiplos valores que o Nós (e no caso brasileiro também o 'a gente' com valor de Nós) pode assumir na construção de um tipo de imagem pessoal na elocução - sobressaem as contribuições de Maria Aldina Marques e de Isabel Margarida Duarte; ii) as aproximações e distanciamentos alocutivos na exploração de valores sociais, hierárquicos, ideológicos, entre outros; iii) as diferenças no uso do você(s), principalmente para o caso brasileiro;

iv) as questões relativas ao tratamento nominal alocutivo e a categorização baseada em Kerbrat-Orecchioni; v) os graus de deferência e (des)cortesia na delocução, que ganham uma subsecção própria (2.1.3), com destaque para as cinco categorias de Kerbrat-Orecchioni (2010) (cortesia, hipercortesia, não-cortesia, descortesia, polirudeza) e a contribuição de Chen (2001) sobre a auto-cortesia na construção da imagem de si; e vi) algumas questões problemáticas (2.1.2) relativas a: alocação dupla e destinatário *in absentia* (consideração dos destinatários diretos e indiretos devido à dimensão pública dos intervenientes) e delocução *in presentia* (referir-se a um alocutário presente, como se estivesse ausente, excluindo-o do quadro interacional).

Após esta fundamentação teórica, a autora passa a mobilizar os conceitos e pressupostos na análise do corpus - não que muitos e variados recortes já não tenham aparecido na exemplificação da teoria, ou, mesmo, na primeira parte que tratou da arquitetura e construção do subgénero em análise.

Primeiramente, Manole trata da construção da imagem de si pelo tratamento pronominal elocutivo (2.2). A autora apresenta os diversos usos do Eu/Nós encontrados no corpus e seus valores - uma peculiaridade do subcorpus brasileiro é o uso de 'a gente' com valor de nós (2.2.1). Quanto ao uso do eu, destaca-se a peculiaridade brasileira do uso da expressão "Eu, como..." (2.2.2), utilizada na construção de imagens pessoais relacionadas a: identidade nacional (brasileiro), identidade regional (nordestino, paulista etc.), identidade cidadã, profissional, política entre outras. No entanto, o uso do Nós (2.2.3) e seus diversos valores referenciais domina esta seção analítica. Foram encontrados e detalhados 13 valores referenciais diferentes (de 2.2.3.1 a 2.2.3.13), sendo ressaltada pela autora a estratégia do Nós vs. os outros (2.2.4) e a relação entre tais valores e o dispositivo de comunicação política proposto por Charaudeau (2005), associando-os às instâncias política, adversária e cidadã.

Na sequência da análise, Manole focaliza a construção da imagem do(s) outros no tratamento pronominal alocutivo e delocutivo (2.3). Analisa o uso cerimonioso de Vossa Excelência, você(s) e seus correlatos em romeno (que apresenta numerosas e diversas formas de tratamento pronominal). O destaque aqui fica para os valores dos usos destes tratamentos, que a autora classifica como *congruentes* (cerimoniosos, de cortesia positiva, de valorização da imagem), *neutros* (formais ou sem valor de cortesia) e

incongruentes (quando o uso difere do valor prototípico, usos irónicos ou de ameaça à imagem).

Outra seção da tese é dedicada também à construção da imagem do(s) outro(s), mas quanto ao tratamento nominal (2.4) da qual podemos destacar o modelo de Kerbrat-Orecchioni (2010) utilizado por Manole, que se vale de cinco categorias de tratamento: i) institucional, ii) relacional, iii) profissional e académico, iv) pessoal e v) genérico. Além disso, são valiosas as tabelas e análises sobre as composições de tratamento nominal e seus valores para cada um dos contextos analisados. A autora não deixa de considerar os tratamentos relacionais, com as formas *colega*, *amigo* e *irmão* que se codificam a nível discursivo, sendo muito peculiares os usos nos três países estudados.

Ganha importância no olhar da autora o tópico que trata da negociação do tratamento (2.5), importante na negociação da identidade, da criação de rótulos de tratamento do outro (rótulo identitário que pode se tornar de uso geral através da influência dos media) e na construção da imagem de si. Para Manole, não foi possível retirar conclusões mais definitivas acerca desta estratégia, pois o número de ocorrências foi muito reduzido. Seria preciso um corpus mais alargado, mas a autora destaca como constantes: sanções que buscam a ordem regimental; designações insultuosas, e deturpação designativa (p. ex. Ministro do Desemprego - subcorpus português) para ameaçar a imagem de alocutários e delocutários.

As conclusões parciais afirmam ter sido possível identificar um uso do tratamento nominal mais protocolar e regimental no subcorpus português, enquanto que o brasileiro e o romeno trazem maior diversidade e complexidade de usos. Já das conclusões finais apresentadas na tese, destacamos as considerações sobre os hábitos comunicacionais dos três países (no que toca ao debate parlamentar), que aproximam Brasil e Roménia, quanto à maior presença das marcas da oralidade e de hábitos culturais cotidianos, enquanto Portugal é mais formal e próximo das normas regimentais.

Considerando todo o exposto sobre esta publicação da tese de Veronica Manole, podemos, com certeza, recomendar sua leitura aos afeitos à temática, mas não só. A fundamentação teórica da autora constitui um panorama - talvez mesmo com valor de introdução - de enorme importância

para quem estuda o discurso político em seus diversos subgêneros, mas também para aqueles que, de alguma forma, buscam uma porta de entrada para conceitos linguísticos, pragmáticos e discursivos. Isto porque sua análise aplica e demonstra conceitos em variados recortes retirados dos *subcorpora*, contrastando duas variedades do português (com suas comparações intralinguísticas) com o romeno (comparações interlinguísticas). Por um lado, clarificam-se conceitos e pressupostos teóricos; por outro lado, apresentam-se análises aprofundadas e detalhadas, que delineiam, dentro da abordagem pragmático-discursiva, um caminho analítico e as características do subgênero *debate parlamentar*.

REFERÊNCIAS

- Manole, V. 2012. Les discours parlementaire portugais et roumain entre l'oral et l'écrit: le cas des formes d'adresse. In: M. H. A. Carreira & A. Teletin (dir.) *Les rapports entre l'oral et l'écrit dans le langues romanes*. Travaux et Documents n° 54. Université Paris 8, 55-271.
- Manole, V. 2013. De l'oral à l'écrit: quelques remarques sur les transcriptions de séance parlementaires. In L. Pop et al. (eds.) *Studia Universitatis Babeş-Bolyai Philologia* (pp. 127-141). Numéro thématique L'oral: formes émergentes, corpus et modélisations, 4.
- Manole, V. 2018. Magdalena Bartłomiejczyk, Face Threats in Interpreting: A Pragmatic Study of Plenary Debates in the European Parliament, Katowice, Wydawnictwo Uniwersytetu Śląskiego, 2016, 320 p. *Revue Internationale d'Études en Langues Modernes Appliquées*, 11: 94-97.
- Seara, I, & Manole, V. 2016. Insult and the construction of the other's identity: remarks on Portuguese political discourse. *Revue Roumaine De Linguistique-Romanian Review Of Linguistics*, 61: 301-318.